



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL**

BALANÇO GERAL DA UNIÃO – 2006

8028 – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Segundo Tempo é um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar. Tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde, desenvolvimento intelectual e humano e assegurar o exercício da cidadania.

O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

O esforço tem sido no sentido de ampliar as parcerias com órgãos públicos. Os objetivos estabelecidos foram gerenciados e atendidos, em 2006, nos seguintes aspectos: estão em vigência um total de 341 (trezentos e quarenta e um) convênios, onde 44 (quarenta e quatro) são renovações e 297 (duzentos e noventa e sete) com novos parceiros. Destes, 223 (duzentos e vinte e três) foram firmados com Prefeituras Municipais, 06 (seis) com Secretarias Estaduais, 105 (cento e cinco) com organizações não governamentais ou entidades privadas, além de 07 (sete) com demais entidades, 01 (um) termo de cooperação com o Ministério da Defesa e 01 (um) com Universidade.

As parcerias elencadas acima prestam atendimento ao público-alvo em mais de 700 (setecentos) municípios do país.

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA:

- 0875 - APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;
- 4377 – FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL;
- 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA;
- 5069 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL;
- 2626 – PROMOÇÃO DE EVENTOS E PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE ESPORTE EDUCACIONAL;
- 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA.

DADOS FÍSICOS E FINANCEIROS – 2006

AÇÃO	LEI+ CRÉDITO (R\$)	Destaqu es	EMPENHOS EMITIDOS (R\$)	VALORES REALIZADOS (R\$)	% REALIZAÇÃO FINANCEIRA	META FÍSICA			
						PRODUTO	PREVISTO	REALIZAD O	% REALIZAÇ ÃO
4377	101.376	1.049	95.725	95.725	94,43	Aluno beneficiado	2.461.341	573.422	23,28
2626	2.451	243	2.443	2.443	99,70	Aluno beneficiado	3.700	37.994	1000,27
5069	32.212		Sergio Cruz						

Fonte: SIAFI E EQUIPE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA- gráfico em R\$ 1.000,00

Observação: Depende de atualização do SIGPLAN

1) AÇÃO 4377- FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL

Constitui a principal ação do Programa. Sua finalidade é possibilitar o desenvolvimento de atividades esportivas ao público-alvo e viabilizar os recursos necessários (humanos, material didático-esportivo e alimentação) para implantar e manter os núcleos de esporte.

O acesso às atividades esportivas e complementares a crianças, adolescentes e jovens carentes, bem como o fornecimento de material esportivo são ações de grande relevância, visto que, associado aos espaços físicos já existentes, permite o desenvolvimento de excelentes trabalhos esportivos educacionais, diminuindo a exposição aos riscos sociais;

O Reforço Alimentar é uma ação fundamental do Segundo Tempo, custeada, na maioria das vezes, integralmente pelo ME que, além de assegurar propriedades nutricionais mínimas ao público-alvo (carente e desnutrido), representa um grande atrativo para a sua inclusão em atividades esportivas, que contribuem para sua saúde e formação;

A contratação de Recursos Humanos impacta na comunidade local, oportunizando a redução dos índices de desemprego;

A capacitação dos Recursos Humanos amplia o universo de trabalho dos profissionais envolvidos no projeto, possibilitando agregar valores na aplicação da proposta pedagógica do programa e alcançar os objetivos pretendidos;

A aquisição dos itens do Reforço Alimentar e de Material Suplementar também pode favorecer no aquecimento da economia local.

Observe-se que os desembolsos dos convênios para funcionamento de núcleos (tanto implantação quanto renovação) são efetuados em duas parcelas (1º e 3º mês de execução), mas a meta física é computada quando do pagamento da primeira parcela da nova parceria.

Para recebimento da segunda parcela, deve ser providenciada pelo conveniente a inserção dos dados referentes aos núcleos, profissionais e beneficiados no sistema de cadastramento do Segundo Tempo. Este cadastro, além dos relatórios trimestrais enviados por todos os convênios, é ferramenta importante para o acompanhamento e a fiscalização do trabalho desenvolvido pelos parceiros.

Uma das formas de monitoramento são as vistorias "in loco", que são realizadas periodicamente e por amostragem. Constituem importante mecanismo de acompanhamento da execução do objeto e, por meio delas, também são identificadas as boas práticas e as fragilidades de cada núcleo, efetuando-se o alinhamento das ações que integram o projeto.

POSIÇÃO COM RELAÇÃO À META DA AÇÃO PRINCIPAL

Em 2006, a Ação 4377 totalizou 573.422 (quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e vinte e dois) beneficiados, em 2.867 (dois mil, oitocentos e sessenta e sete) núcleos, **exclusivamente com recursos do orçamento de 2006**. O percentual atingido da meta física é de 23,28% (Vinte e três vírgula vinte e oito por cento). Entretanto, cabe ressaltar que a meta foi estabelecida a partir do cálculo do custo de cada criança, considerando apenas as ações de recursos humanos e material esportivo, de modo a permitir a expansão do número de atendimento, contando com a possibilidade de ampliação da contrapartida oferecida pelos parceiros, o que na prática se mostrou inviável.

Com isso, para viabilizar os projetos, tornou-se necessário que o Ministério mantivesse as demais ações de forma a garantir o funcionamento dos núcleos. Além disso, cabe salientar que alguns outros fatores têm impactado negativamente a consecução da meta em 2006, como a Lei Eleitoral, que determina a suspensão de repasses para órgãos das esferas municipal e estadual até o término do processo, e a dificuldade de um grande número de prefeituras em obter todos os documentos exigidos pela legislação vigente (principalmente o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP), inviabilizando várias parcerias.

A meta real estipulada pela equipe gerencial, conforme previsão orçamentária e custo médio, era manter em atividade 1.000.000 (um milhão) de crianças e jovens, em 5.000 (cinco mil) núcleos de esporte educacional. Em 2006 foi atingida a quantidade de **941.912** (novecentas e quarenta e uma mil, novecentas e doze) **crianças, adolescentes e jovens**, preferencialmente matriculadas na rede pública de educação fundamental e médio, distribuídas em **4.710** (quatro mil, setecentos e dez) **núcleos** esportivos localizados em mais de 700 (setecentos) municípios.

Com 341 (trezentos e quarenta e um) convênios, dois termos de cooperação e 13 (treze) termos aditivos firmados até o fechamento do exercício, apesar das dificuldades, conforme indicado anteriormente, aumentou significativamente as parcerias com entes públicos, aprimorando-se a distribuição de recursos nas mais diversas regiões.

Vale ressaltar que não foi obtido o limite financeiro para execução integral do orçamento. Caso este tivesse sido liberado, a meta prevista seria superada.

Ainda assim, observe-se que, por ser uma ação continuada, o número de beneficiados pelo Segundo Tempo totaliza mais de um milhão e novecentos mil, distribuídos nos núcleos de esporte do Programa, localizados em todos os Estados e no Distrito Federal. Seguem, abaixo, as seguintes tabelas: **Tabela 1**, onde se verifica a execução e a distribuição, tanto física, quanto financeira, referentes ao ano de 2006, definidas por mês, referente ao pagamento; **Tabela 2**, referentes aos empenhos; **Tabela 3**, constam os beneficiários atendidos pelos convênios efetivados com recursos de 2006; **Tabela 4**, os recursos do orçamento de 2006 repassados pelo Ministério do Esporte.

TABELA 01
EXECUÇÃO MENSAL - FÍSICO E FINANCEIRO PAGOS

MÊS	Crianças	Recurso ME – Pago
Março	3.600	153.360,00
Abril	5.000	888.800,00
Mai	32.022	1.425.027,20
Junho	206.080	7.706.384,04
Julho	2.000	5.954.800,00
Agosto	13.200	9.328.453,60
Setembro	16.000	3.955.920,00
Outubro	49.800	5.690.183,52
Novembro	20.200	1.777.530,66
Dezembro	137.900	10.136.175,00
TOTAL	485.802	47.016.634,02

TABELA 02
EXECUÇÃO MENSAL - FÍSICO E FINANCEIRO EMPENHADOS

MES	Crianças	Recurso ME – EMPENHADOS
Março	8.600	2.596.899,20
Abril	2.000	981.600,00
Maio	100.422	15.465.005,60
Junho	182.510	23.696.771,09
Julho	36.600	7.827.002,00
Agosto	25.800	5.903.952,15
Setembro	42.500	10.583.221,35
Outubro	44.870	8.055.971,30
Novembro	27.200	5.360.477,36
Dezembro	183.560	15.292.247,69
TOTAL	654.062	95.763.147,74

TABELA 03
CRIANÇAS EM ATENDIMENTO- CONVÊNIOS EFETIVADOS EM 2006

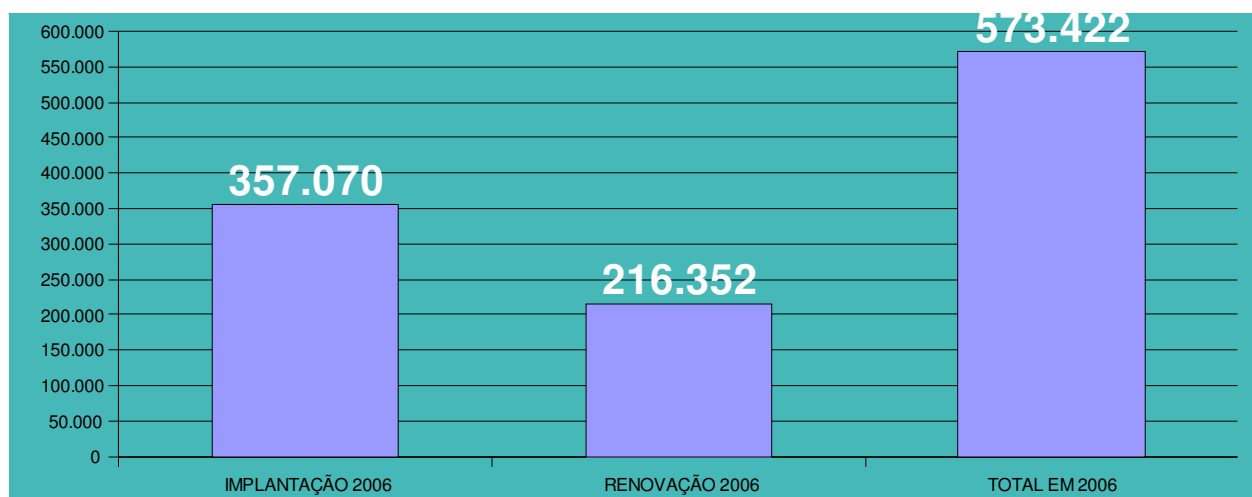
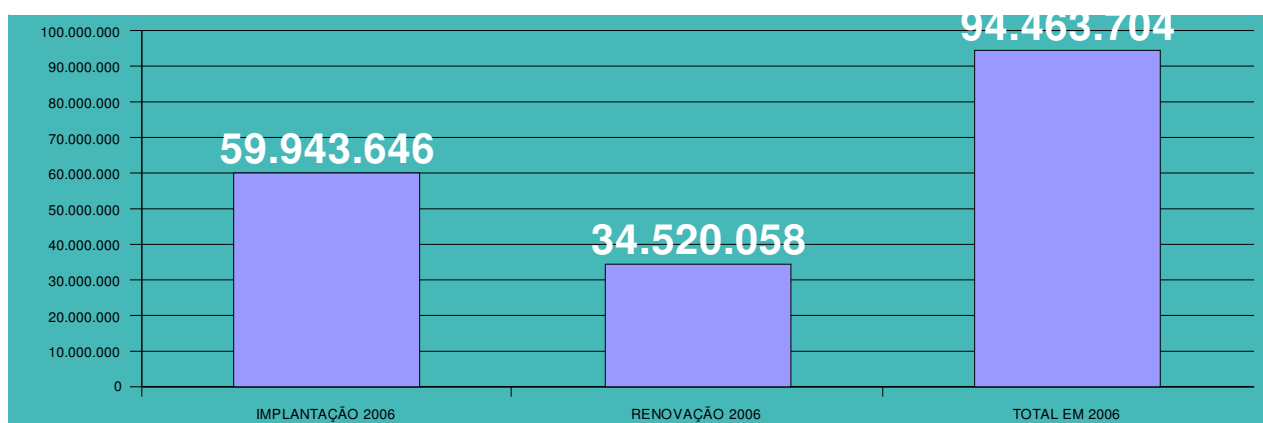


TABELA 4
RECURSOS REPASSADOS PELO ME EM 2006



Observação: Para totalizar a quantia empenhada, deve ser somado o valor de R\$ 1.299.443,90 relativo aos termos aditivos empenhados em 2006, finalizando em R\$ 95.763.147,74.

1.1 SUB - AÇÃO - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE ESCOLAR

O programa prevê capacitação específica para os professores coordenadores de núcleo e monitores envolvidos nas atividades relacionadas à execução do projeto, por meio de uma parceria estabelecida com o com a Fundação Universidade de Brasília/FUB – Centro de Educação à Distância – CEAD, a partir de 2004.

O programa de capacitação foi concebido de forma semi-presencial (encontro presencial e à distância), continuado e modular, sendo o oferecida em 2 níveis:

- Especialização
- Extensão

Em 2006, por meio do Contrato nº 12/2003, tendo como objeto a Capacitação Continuada em Esporte Escolar, **156 (cento e cinquenta e seis) pessoas da 1ª turma do Curso de Especialização** concluíram o curso que teve início em 2004, e **526 (quinhentas e cinte e seis) pessoas da 3ª turma do Curso de Extensão, ministrado em 2006**. Estão sendo emitidos **1.500** (um mil e quinhentos) certificados de extensão referentes aos alunos remanescentes do Curso de Especialização. A 2ª Turma do Curso de Especialização, ainda em andamento, tem **861** (oitocentos e sessenta e uma) pessoas cursando. A previsão de encerramento está estabelecida para fevereiro de 2007.

CURSO	ANO INÍCIO	ALUNOS INSCRITOS	ALUNOS CONCLUÍNTES 2006	CURSANDO	TOTAL	% CONCLUÍNTES	CURSANDO
Extensão – remanescentes da Especialização –	2004/ 2005	-	1.281	-	1.281	-	-
Extensão – 3ª Oferta	2006	963	526	-	526	54,62%	-
Especialização – 1ª oferta	2004	877	156	-	156	17,78%	-
Especialização - 2ª oferta	2005	1.467	-	861	861	-	58,69%
TOTAL		3.307	1.963	861	3.043	-	-

Abrangência da capacitação: Nacional

Durante o exercício de 2006, houve o pagamento do valor de R\$ 293.328,00 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e oito reais), referente à 6ª parcela do contrato. Financeiramente, no total, já foram pagos à FUB/CEAD recursos na ordem de R\$ 4.062.839,75 (quatro milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos), referentes às seis parcelas do contrato e uma parcela do Termo Aditivo. O saldo devedor é de R\$ 837.540,85 (oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), totalizando, como valor total deste Contrato, a soma de R\$ 4.900.380,60 (quatro milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta reais e sessenta centavos).

A partir de agora, a capacitação está em processo de reformulação, com o objetivo de constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos minimamente homogêneos, por meio da formação de multiplicadores. Esta deve ocorrer de forma descentralizada, por ter sido observado que a metodologia em desenvolvimento não atingiu os resultados esperados.

Visando atingir o melhor resultado possível, a SNEED está propondo uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para desenvolver a capacitação dos Recursos Humanos envolvidos nos convênios do Programa Segundo Tempo por meio da formação em serviço. A capacitação, que será presencial, prevê tratar de questões pedagógicas, técnicas e de gestão, necessárias ao desenvolvimento das parcerias.

Quanto à permanência da especialização, está sendo encaminhada uma proposta de ação a ser desenvolvida conjuntamente com a Secretaria de Educação a Distância do MEC, visando a capacitação dos recursos humanos que atuam no Programa Segundo Tempo. Considerando que o contrato com o CEAD/UNB para a capacitação a distância e semi-presencial dos Recursos Humanos do Programa em nível de extensão e de especialização, estará sendo concluído até fevereiro de 2007, torna-se importante continuar oferecendo essa modalidade de capacitação acadêmica, de forma descentralizada.

Com vistas a otimizar os recursos já aplicados no desenvolvimento do Curso e conhecendo as possibilidades da Universidade Aberta, a proposta vai no sentido de ofertar uma Capacitação Continuada em Esporte Escolar de modo a dar oportunidade aos profissionais da área de Educação Física, Esporte e áreas afins o acesso ao conhecimento produzido, utilizando-se os módulos desenvolvidos pela UNB para o Programa.

O encontro de abrangência nacional que estava previsto para dezembro foi transferido para a primeira quinzena de março de 2007, dada a impossibilidade de empenho do pagamento das passagens para os participantes em razão da ausência de limite financeiro. Com o envolvimento de 350 (trezentas e cinquenta) instituições parceiras do Programa Segundo Tempo e a perspectiva de contar com a participação de aproximadamente 750 (setecentas e cinquenta) pessoas, o evento tem como objetivo aprofundar os debates sobre o esporte como fator de inclusão social, discutir os procedimentos de implantação, desenvolvimento e gestão, de forma a qualificar o desenvolvimento do Programa.

1.2 SUB - AÇÃO - AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

UNESCO

Em 2004, foi estabelecido um Termo de Cooperação técnica, educacional, e administrativa entre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte e a UNESCO, com vistas ao desenvolvimento de um Sistema de Avaliação do Programa Segundo Tempo e atividades correlatas, no âmbito de atuação da UNESCO, o que está sendo desenvolvido por meio de uma Assistência Preparatória. Inicialmente, como forma de controle da qualidade, previu-se conceber indicadores para concepção e teste de um Sistema de Avaliação Permanente do Programa, a realização de análises do comportamento destes indicadores e a realização de avaliação de impacto social do Programa.

Após a análise mais detalhada das condições de execução do programa, foi apresentada uma adequação à proposta inicial, prevendo, então, a mensuração dos processos e resultados (*outputs*) da execução do Programa Segundo Tempo em todo o país, sendo complementada por um conjunto restrito de indicadores de impactos (*outcomes*) que têm sido utilizados em experiências internacionais.

A metodologia que está sendo desenvolvida prevê ainda a realização de rodadas de avaliação de impacto em amostras reduzidas do Programa com vistas a testar indicadores em outras dimensões que não serão incluídas na metodologia de avaliação nacional.

Assim, o Ministério do Esporte poderá dispor de uma metodologia de avaliação geral que aponte os principais resultados da execução do Programa, bem como alguns de seus impactos; complementarmente, poderá, isoladamente ou em parceria com Núcleos do Segundo Tempo ou outras instituições, realizar estudos avaliativos em amostras não-representativas do Programa com vistas a testar outros indicadores e decidir sobre a validade, viabilidade e pertinência de incluí-los na metodologia geral.

Em 2006, integrando a Assistência Preparatória em questão, realizou-se um *Workshop* no dia 04 de agosto de 2006, com apresentação oficial da proposta de metodologia de avaliação, envolvendo especialistas no assunto, o Ministério do Planejamento, o IPEA e convidados e parceiros do Ministério do Esporte.

Em setembro de 2006, em reunião realizada nesta Secretaria, foram debatidas as propostas para elaboração final dos indicadores, inserindo as contribuições apresentadas pelos especialistas, bem como o produto final - PRODOC.

Foi aprovado o Relatório de Progresso pela Associação Brasileira de Cooperação, com a avaliação do cumprimento dos produtos por parte dos contratados. Com a adequação de ações à nova realidade do Programa, a Assistência Preparatória 914BRA1110 teve consolidada sua terceira revisão, em 24 de agosto do corrente ano, já aprovada, com a prorrogação de prazo até 24.11.2006.

Nesta consta a adequação do escopo e parte das ações previstas na Ação Preparatória original em função dos resultados alcançados em sua execução, adaptando-as, de resto, ao cronograma definido nas duas revisões realizadas. Incorpora novo resultado relativo à capacitação da equipe do Programa Segundo Tempo na metodologia de monitoramento e avaliação de processos e resultados desenvolvida no contexto. Com a finalização do PRODOC restam definidos os indicadores de monitoramento e avaliação do Programa Segundo Tempo, para implantação em 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E IPEA

A Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento desenvolveu uma proposta metodológica que orientará a avaliação rápida de Programas do Plano Plurianual do Governo Federal e escolheu o Programa Segundo Tempo para desenvolver o Projeto Piloto de aplicação da metodologia.

Com isso, foram realizadas entrevistas com a equipe técnica do Programa visando a elaboração do modelo lógico a ser utilizado. Além da aplicação da metodologia, o Grupo de Acompanhamento da Avaliação pretende avaliar as avaliações do Segundo Tempo já executadas pela UNESCO e pelo TCU.

A proposta apresentada vem ao encontro das necessidades do Programa e acredita-se que seu desenvolvimento, concomitante com a proposta da UNESCO e o acompanhamento do plano de trabalho proposto ao TCU, irão contribuir significativamente para a construção de uma proposta de avaliação mais coerente e consistente para o programa.

Na atual fase de implementação, chegou-se à etapa 2 do cronograma do Projeto Piloto de Avaliação Rápida, com a elaboração de modelo lógico do Programa Segundo Tempo e o modelo lógico do processo de implementação de ações chaves.

Foram realizadas entrevistas com os dirigentes do Ministério do Esporte e com a gerência do Programa, bem como a realização da Oficina para a Montagem do Modelo Lógico de Resultados do Programa Segundo Tempo, nos dias 14 e 15 de agosto, no Ipea.

Nesta Oficina participaram os integrantes do Grupo de Interlocução (Gerência do Programa), alguns observadores convidados que integram a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação do PPA (SPI e SEGES), além do grupo executor do piloto da avaliação, coordenado pelo IPEA e a equipe gerencial do Programa. Na sequência foi realizada reunião, aqui na SNEED, para consolidação do Modelo, construído na oficina.

Como resultado, foi finalizado o modelo lógico, passando agora para a etapa dois, ou seja, a elaboração do modelo lógico do processo de implementação de ações chaves, com entrevistas com áreas meio do Ministério, análise e consolidação das informações.

O desenvolvimento do modelo lógico e as discussões com a CTM têm contribuído significativamente para o aprimoramento da gestão do Programa, complementando as discussões internas que haviam sido realizadas, inclusive com a criação do módulo de acompanhamento dos convênios específicos do Segundo Tempo.

Este módulo estará integrado ao Sistema atual e permitirá o acompanhamento *on line* desde a apresentação do pleito pela entidade proponente, passando por toda a tramitação na SNEED, e nos demais setores do Ministério, e possibilitando o acompanhamento da execução do convênio até a prestação de contas.

2) AÇÃO 2626 – PROMOÇÃO DE EVENTOS E PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE ESPORTE EDUCACIONAL

Esta ação tem por finalidade viabilizar a realização dos eventos e a efetiva participação do público-alvo.

Para 2006, a previsão na LOA era de 3.700 (três mil e setecentos) beneficiados, utilizando recursos na ordem de R\$ 2.450.723,00. Até o final do exercício, foram pagos 18 projetos referente a 18 eventos distintos, totalizando o montante de R\$ 2.372.320,50.

Destes 18 projetos apenas o projeto denominado “Caravana do Esporte” não foi ainda executado, pois o seu cronograma prevê a sua execução até dezembro de 2007. Os outros 17 projetos executados em 2006 beneficiaram 24.994 pessoas que, somado a previsão de pessoas a serem beneficiadas com o projeto “Caravana do Esporte”, totalizará 37.994 pessoas beneficiadas, conforme a descrição feita na tabela abaixo.

A meta física calculada em 2005 para o exercício de 2006 previa os seguintes eventos e valores a serem repassados:

2006 – 3.700 beneficiados

02 Eventos Internacionais:

SulAmericanos - 300.000,00 = 200 beneficiados

Jogos do Mercosul – 100.000,00 = 100 beneficiados

Eventos Nacionais e Estaduais

Jogos Escolares Brasileiros – 1.000.000,00 = 2.000 beneficiados

Jogos Universitários Brasileiros – 700.000,00 = 1.000 beneficiados

08 eventos estaduais no valor aproximado de 50.000,00 cada = 400.000,00 = 400 beneficiados

No entanto, as parcerias firmadas entre o Ministério, COB, CPB e demais confederações, bem como os patrocínios ligados ao XV Jogos Pan-Americano, proporcionaram o atendimento de mais eventos, conforme relacionados abaixo.

O número de beneficiários dos eventos, inclusive, foram maiores do que o estipulado. Muito deste aumento de participação se deu em razão do financiamento advindo da Lei Agnelo/Piva, aumento do desporto de base, incentivo aos atletas advindo da retomada da realização dos Jogos Escolares e Universitários, bem como a realização do XV Jogos Pan-americano no Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que ainda há um projeto denominado “II Fórum Nacional de Esporte Universitário”, cujo proponente é a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, no valor R\$ 78.403,50, que será pago no início de 2007 (restos a pagar). Efetivando-se este convênio, a meta orçamentária prevista na LOA 2006 será atingida na sua plenitude

Nº	MÊS	CONVÊNIO	ENTIDADE	EVENTO	BENEFICIADOS	RECURSOS ME (R\$)
1	MARÇO	005/2006	CBDU	Participação Fórum Internacional de Desporto Universitário	02	11.700,00
2	MAIO	006/2006	CBDU	II Jogos Universitários Sul Americanos	715	320.000,00
3	MAIO	012/2006	CBDU	Participação no VIII Campeonato Mundial de Taekwondo	20	40.000,00
4	MAIO	026/2006	FAMFS/BA	Participação de Beneficiados do Programa Segundo Tempo no Torneio "Soccer Five" durante a Copa do Mundo de Futebol	42	165.360,00
5	JUNHO	107/2006	CBDE	Gymnasiade 2006	30	175.770,00
6	JUNHO	109/2006	SDETE/PE	II Encontro de Gestores e Dinamizadores do Segundo Tempo	500	42.907,28
7	JULHO	204/2006	CBDU	Olimpíadas Universitárias/ JUBs 2006	3.500	398.000,00
8	JULHO	214/2006	Associação de Capoeira Ladainha	16º ENCA	8.000	59.990,00
9	JULHO	135/2006	SEJUV/CE	I Jogos da Juventude Norte Nordeste	720	46.080,00
10	AGOSTO	TCT 015/2006	Universidade de Brasília	XX Cross Cerrado	1.000	10.442,50
11	SETEMBRO	TCT 012/2002	MIN. DEFESA	NAVAMAER	1.735	173.000,00
12	OUTUBRO	DESTAQUE (De acordo com a portaria nº183)	Centro Esportivo Universitário da UFMG	1º Torneio Interuniversitário de Futsal	2000	50.000,00
13	OUTUBRO	266/2006	Associação Antônio Vieira	Copa Unisinos 2006	1700	35.940,60
14	OUTUBRO	270/2006	Associação Paulista de	Festival Brasileiro Universitário de Surf	500	45.000,00

Nº	MÊS	CONVÊNIO	ENTIDADE	EVENTO	BENEFICIADOS	RECURSOS ME (R\$)
15	NOVEMBRO	DESTAQUE (De acordo com a portaria nº183)	Surf Universitário Universidade de Brasília	23º Jogos Internos da UnB	4000	10.000,00
16	NOVEMBRO	316/2006	CBDE	12º Jogos Escolares Sul Americanos	150	579.547,00
17	DEZEMBRO	419/2006	Instituto Esporte Educação	Caravana do Esporte	13000	150.000,00
18	DEZEMBRO	318/2006	Confederação Brasileira de Capoeira	9º Campeonato Brasileiro de Capoeira	380	58.583,12
TOTAL					37.994	2.372.136,00

Observação: Os valores em negrito tratam-se de destaque orçamentário e Termo de Cooperação Técnica.

AÇÃO 5069 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL.

A otimização destes recursos está sendo facilitada pela implantação do Programa Segundo Tempo nos municípios que recebam as verbas de infraestrutura, tão logo as obras sejam concluídas.

ALTERAÇÕES NO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

No início do segundo semestre foram tomadas medidas para alterar o gerenciamento das ações relacionadas ao Programa Segundo Tempo, não apenas orçamentariamente, mas com redefinição de papéis e funções na estrutura interna da Secretaria.

Com isto, delimitando funções e estrutura, buscou-se otimizar o fluxo procedimental dos pleitos formulados, desde o protocolo até o encaminhamento à Secretaria Executiva.

Junto com as demandas procedimentais, estão em constantes debates as normas relacionadas ao Programa Segundo Tempo.

Uma das modificações já foi trazida pela publicação, em 6 de novembro de 2006, da Portaria do Ministro de Estado do Esporte nº 200, de 3 de novembro de 2006, que estabelece lista de preços máximos unitários para os materiais constantes de seu Anexo I.

A nova portaria traz encaminhamentos dados pelas Secretarias Finalísticas e dispensa a exigência de apresentação de 03 (três) orçamentos para os itens de material suplementar nela discriminados, visando dar maior transparência à aplicação dos recursos repassados para tal fim.

Neste aspecto, a Portaria objetiva tanto a racionalização do procedimento de análise dos projetos encaminhados e documentos apresentados, como a fixação de preços máximos, moralizando a aquisição de materiais esportivos com dinheiro público.

Como outras propostas que estão sendo analisadas e executadas pelo Ministério do Esporte e, em especial, pela SNEED, têm-se:

Implementação das ações previstas na Portaria Interministerial nº 3.497 de 24 de novembro de 2003, publicada a partir da assinatura do Protocolo de Intenções entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte em 23 de abril de 2003. Estão sendo consideradas as ações previstas pertinentes ao Programa Segundo Tempo e sua implementação, que significa aprimorar a concepção inicial do Programa visando a oferta de atividades esportivas no contra-turno escolar de forma articulada com o Ministério da Educação, possibilitando, assim, a ampliação do acesso ao esporte como fator de contribuição para o desenvolvimento da escola em tempo integral;

A retomada da parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e ampliá-la com vistas a possibilitar o atendimento articulado às crianças das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, e iniciar a discussão com o Ministério de Trabalho para verificar a possibilidade de atender em parceria as crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

Estudo sobre a viabilidade de parceria com o Banco do Brasil visando a abertura de contas específicas ao Conveniente pelo próprio Ministério. A novidade está na possibilidade do Ministério ter acesso ao saldo e extrato da referida conta, podendo monitorar a implementação do projeto, bem como auxiliar na prestação de contas da entidade, dando maior transparência na execução dos convênios. Também estão sendo estudadas regras específicas quanto a movimentação da conta, pagamento com ordem bancária e possibilidade ou não de emissão de cheques. Com isto, também teria como benefício a utilização do sistema de pregão deste Banco, auxiliando os parceiros no cumprimento do Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005 e da Portaria Interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda;

Redimensionamento das diretrizes de atendimento do Programa Segundo Tempo, com a verificação da possibilidade de inclusão de aspectos relacionados ao atendimento prioritário daqueles em que a família esteja cadastrada no Programa “Bolsa Família”, a obrigatoriedade da inscrição das Organizações Não-Governamentais no Conselho Nacional de Assistência Social e inscrição da entidade/projeto no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente etc. Isto será realizado através da consolidação das normas ministeriais acerca da matéria;

Análise do regimento interno do Ministério, no que cabe a esta Secretaria, para elaboração de proposta de readequação oficial nos Departamentos, criação de novo departamento para atender a demanda dos Projetos Esportivos Sociais, ampliação dos cargos comissionados proporcionalmente a demanda do Programa e modificação nas respectivas atribuições, de forma a permitir um melhor gerenciamento das ações;

Implantação de modificações nos sistemas informatizados no Ministério, buscando o monitoramento e avaliação do Programa Segundo Tempo, que possibilitará o acompanhamento dos convênios, desde a apresentação do pleito até a prestação de contas, garantindo o gerenciamento adequado. O sistema atual também está passando por uma revisão, a qual já permite o cadastramento dos núcleos de cada convênio com a implantação de novos filtros, englobando as informações referentes aos recursos humanos e aos beneficiários.

As medidas de aperfeiçoamento do Sistema visaram sanar as imperfeições já identificadas, tais como a duplicidade de crianças cadastradas e inconsistência nas informações referentes aos núcleos. A partir da identificação, estão sendo tomadas medidas administrativas junto aos parceiros para sanar as impropriedades, permitindo que o banco de dados reflita a realidade de atendimentos.

Complementarmente ao aprimoramento do Sistema Informatizado, foram promovidas alterações na página do Programa na internet com vistas a qualificar as informações disponíveis dando mais transparência aos critérios de seleção e à execução dos convênios.

Também está sendo estudada a possibilidade de aquisição de sistema informatizado que supra o monitoramento de todos os convênios do Ministério do Esporte.

Revisão do Manual de Orientações e Diretrizes do Programa Segundo Tempo, adequando-o a nova realidade apresentada e modificações que virão da sistematização normativa;

Quanto ao acompanhamento e fiscalização dos convênios, concomitante à intensificação das vistorias *in loco* por técnicos do Ministério, foram encaminhados formulários de relatórios de acompanhamento da execução às entidades fiscalizadoras indicadas nos convênio, para o devido preenchimento e devolução no prazo estipulado. Além disso, foi encaminhado um ofício à coordenação do III Congresso Nacional dos Conselheiros Tutelares, realizado em Brasília, em 24 de novembro de 2006, propondo uma parceria que permitisse o acompanhamento dos convênios do Programa Segundo Tempo em todo o país.

Apesar de todas as modificações, permanecem as dificuldades relacionadas à infraestrutura física e aos recursos humanos, em virtude da dimensão de atendimento do Programa Segundo Tempo e de grande parte do quadro de funcionários ser formado por terceirizados. As problemáticas enfrentadas vão do diminuto número de técnicos especializados à ausência de espaço físico e equipamentos compatíveis com a demanda. Na tentativa de minimizar estes problemas, foi oferecido o curso de capacitação sobre convênios, em parceria com a ESAF, entre outubro e novembro de 2006. Estas ações devem ser ampliadas de forma a otimizar os recursos humanos e fica reforçada a necessidade de realização do concurso público para complementação do quadro.